

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

Ata da 134ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins – CIB/TO. Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, com início às oito horas e trinta minutos, foi realizada a reunião ordinária online pela plataforma do Big Blu (Governo do Estado) devido a organização mundial de saúde em 30 de janeiro de 2020 ter declarado como pandemia as infecções humana provocadas pelo novo Coronavírus (COVID-19), com as seguintes presenças - Representantes da SETAS: Jose Messias Alves de Araújo membro titular; Halana Santos da Silva Magalhães membro titular; Carmem Lúcia Kothe Vendramini membro titular; Maria Nagila Praigida membro suplente; Régina Mercês Aires Rodrigues Dias membro titular; Rosamelia Ramos da Silva membro suplente; Canilda Evangelista da Cruz membro titular; Vanderlúcia Ferreira Trindade membro suplente; Rosinalva da Silva Alves membro suplente; Lilian Praigida Feitosa membro suplente; Sueli Tavares de Abreu membro titular; Maria Amélia Brito Araújo membro suplente. Representantes do COEGEMAS: Deusivan Sousa dos Santos (Angico) membro titular da região norte I; Levi Lopes (Lajeado) membro suplente da Região Centro-leste; Sureia Araújo da Silva Moraes (Paranã) membro suplente da Região Sudoeste: Convidados e observadores conforme a lista de presença; Simone Chaves- Setas; Kaká Nogueira - SETAS; Silvana Barbosa Reis - SETAS, Adriele Alves de Souza Matos - SETAS, Raiza Regina Ramos - SETAS, Carmelia de Sena Rodrigues (natividade), Carolina Lopes Soares (Carrasco Bonito), Amália Pereira dos Santos Gomes (Novo Alegre); Regiane Miranda das Chagas (Chapada de Areia), Rosinaura Lopes Pereira, Edilene Gomes Belém (Dois Irmão), Cileide (Porto Alegre), Vania Siqueira Soares (Abreulândia), Neuma ngela Sousa (Lizada), Ednalva Silva Carvalho (Piraquê). A coordenadora da CIB, Sueli Abreu, deu boas vindas aos presentes e iniciou a reunião com a leitura da pauta, que foi aprovada pela plenária, com os seguintes Informes e pontos de Pauta. 1.1 CIB; 1.2 DSUAS; 1.3 Gerência dos Programas do SUAS; 1.4- Gerência de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios; 1.4.1 Cadastro Único; 1.4.2. Setor de benefícios; 1.5 Gerência de Proteção Social Especial; 1.6. Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional; 1.7 ceas. pontos de Pauta: 2.1 Justificativas de ausência de membros na 133ª reunião ordinária da CIB; 2.2. Repasse do Confinanciamento dos Benefícios Eventuais. Na sequência, procedeu-se com os seguintes informes: Francisca Lúcia, Secretária Executiva da CIB informou que o senhor Jose da Guia Pereira da Silva, membro desta comissão solicitou através de ofício que seja substituído até o mês dezembro de 2021, por motivo de tratamento de saúde, pelo suplente o Senhor Chardison Silva Aguiar do M município de Xambioá, os mesmo são da regional norte II. O Senhor José da Guia Pereira da Silva irá se afastar também de sua função de presidente do COEGEMAS, assumindo a Halana Magalhães, Diretora dos Programas Especial do SUAS. Informou sobre o retorno das entregas de cestas básicas do Governo do Estado nos CRAS dos seguintes municípios: Araguaçu, Sandolândia, Gurupi, Dueré, Cariri, Figueirópolis, Brasilândia, Tupiratins, Recursolândia e Centenário, outro ponto abordado foi o Programa vale Gás do Governo do Estado, que está aguardando a publicação da Medida Provisória, sendo que o será destinado para as famílias do Cadastro Único que não recebem o Programa Bolsa Família. Maria Amélia, Assistente social da Gestão do SUAS. apresentou levantamento da área da vigilância Socioassistencial sobre o mandato dos Conselhos Municipais de Assistência Social, em 17 de agosto de 2021 no CAD SUAS, que os municípios de Oliveira de Fátima, Bom Jesus do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Carmolândia, Marilândia e Novo Acordo apresentam mandatos vencidos, sendo necessário a regularização dos mesmos.. Carmem Vendramini, Coordenadora Estadual do Cadastro Único informou que o Ministério da Cidadania publicou na quarta-feira 28/07 a Portaria nº 649, de 27 de julho de 2021, que mantém a suspensão de procedimentos operacionais e de Gestão do

**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

Programa Bolsa Família – PBF e do Cadastro Único, em decorrência da pandemia de Covid-19. Com essas medidas, ficam suspensos por mais 180 dias os processos de averiguação e revisão cadastral, e as repercussões previstas no Bolsa Família, na Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE, e no Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC. falou da Instrução Operacional Conjunta nº 03/2020/SAGI/SENARC/Ministério Da Cidadania, de 19 de fevereiro de 2020, às ações de administração de benefícios do PBF em nível municipal a repercussão de alterações cadastrais de famílias beneficiárias para fins de gestão da folha de pagamento do Programa no Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC, os procedimentos relacionados ao tratamento dos casos de famílias beneficiárias do PBF que contenham doadores de recursos financeiros, prestadores de serviços a campanhas eleitorais, candidatos a cargos eletivos com patrimônio incompatível com as regras do Programa ou candidatos eleitos nas eleições de 2020, e previstos pela Instrução Normativa nº/SEDS/SENARC/DEBEN/Ministério da Cidadania, de 6 de janeiro de 2021, enquanto estiver vigente o auxílio emergencial 2021, às ações especiais de pagamento previstas no art. 12 da Portaria nº 204, de 8 de julho de 2011. Entretanto, alguns dispositivos da Portaria nº 624, de 31 de março de 2021, continuam vigentes e com os prazos por ela estabelecidos. São eles: a suspensão da aplicação dos efeitos decorrentes do descumprimento das condicionalidades do PBF, a suspensão das medidas de bloqueio dos benefícios de famílias sem informação de acompanhamento das condicionalidades do PBF, como é o caso dos bloqueios previstos na ação de não localizados, o cálculo do fator de operação do Índice de Gestão Descentralizada - IGDPPBF. Dessa forma, as taxas que medem a qualidade de gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único para definição dos valores de repasse aos Estados, municípios e Distrito Federal se manterão as mesmas apuradas no mês de fevereiro de 2020, ou seja, antes da pandemia. Ressaltou que, apesar de estar suspensa a repercussão das alterações cadastrais na gestão de benefícios do PBF e da suspensão dos processos de revisão e averiguação cadastral, os processos de cadastramento e atualização cadastral das famílias no Cadastro Único são serviços contínuos e essenciais e devem ser mantidos. Se necessário, além do atendimento presencial, pode ser adotado o atendimento remoto, com uso de telefone ou meio eletrônico, conforme prevê a Portaria nº 368, de 29 de abril de 2020, e a Instrução Operacional nº 4, de 30 de abril de 2020.. Abordou sobre a medida Provisória nº 1061 de 09 de agosto de 2021 que institui o programa auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, que veio para substituir o Programa Bolsa Família e será implementado no mês de novembro de 2021, com isso será revogada a Lei nº 10.836 de 2004 que criou o programa Bolsa Família.. Raiza Regina, Gerente de Proteção Social Básica Bolsa Família e Benefícios. Informou sobre a entrega dos kits de orientação técnica. atuação do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho. acesso ao Trabalho, pactuado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, nos termos da Resolução CNAS nº 18/2012, alterada pela Resolução CNAS nº 25/2016, que materializa a participação da política de assistência social no acesso ao mundo do trabalho, conforme definido na Resolução CNAS nº 33/2011. O Programa Acesso ao Trabalho tem como objetivo promover o acesso dos usuários da Política Nacional de Assistência Social ao mundo do trabalho, além disso, o Programa busca a autonomia das famílias e dos usuários da Política de Assistência social, por meio da integração ao mundo do trabalho., promovendo ações articuladas com as políticas setoriais, com o objetivo de mapear as oportunidades no território; identifica, mobiliza, sensibiliza e encaminha os usuários para o acesso ao Programa; integra as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; realiza oficinas temáticas para o desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho; trabalha o reconhecimento de



**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

potencialidades, saberes e áreas de interesse em relação ao mundo do trabalho; monitora os percursos dos usuários no mundo do trabalho integrado aos serviços do SUAS e registra as ações como forma de acompanhar as atividades realizadas. Para continuidade às das ações do Programa e possibilitando a utilização dos saldos em conta dos municípios, conforme proposto na Resolução CNAS nº 25/2016, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em sua 253ª reunião ordinária, realizada entre os dias 04 e 06 de abril de 2017, apreciou a Resolução nº 03, de 19 de abril de 2017, que aprova o ajuste de metas do Acessuas Trabalho para os municípios com saldo de recursos financeiros acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Acrescentou ainda que Portanto no Estado do Tocantins 13 municípios do Programa Acessuas Trabalho que tinha recurso em conta em 2017, fizeram a repactuação, são eles: Aliança do Tocantins, Araguaína, Arraias, Cachoeirinha, Carmolândia, Colmeia, Darcinópolis, Guaraí, Itaguatins, Miranorte, Palmas, Palmeirópolis e Tocantinópolis. Vanderlúcia?? SOBRENOME, Assistente Social da Gerência de Proteção Social Especial. Informou sobre a Resolução da CIT nº 3, de 10 de agosto de 2021, a alteração da resolução nº 2, de 28 de janeiro de 2021, no seu a Artigo 1º que pactua a prorrogação do prazo para a demonstração da implantação da oferta regionalizada dos serviços de Proteção Social Especial até 31 de julho de 2022. Jessica Santana Oliveira, gerente de Segurança Alimentar e Nutricional. Solicitou para os municípios envio dos relatórios preenchidos pelo responsável técnico referente ao monitoramento das centrais de abastecimento do programa de aquisição de alimentos - PAA - compra direta dos 137 municípios do estado, são 139 municípios, porém, oliveira de Fátima e Miracema não enviaram a documentação de aceite para receber os equipamentos cedidos na primeira etapa em 2019. informou que os bens são oriundos de contrato de repasse firmado entre o Governo do Estado do Tocantins através da setas e o ministério da cidadania, deu prazo para envio dos relatórios de 10 dias, aparte a partir da data de recebimento. Informou a relação de bens cedidos para as prefeituras: balanças de 30 e 300kg, mesas e cadeiras de escritório, pallets, computadores e impressoras, câmaras frias e caminhões, as 11 câmaras frias foram entregues apenas aos municípios de maior porte do estado e os 32 caminhões foram entregues aos 13 municípios de maior porte e aos 19 municípios que mais executam o PAA e possuem mais demandas relacionadas a agricultura familiar. Acrescentou que será entregue mais equipamentos em outras etapas para todos os 139 municípios. Silvana Barbosa, secretária executiva do CEAS. Informou que as Conferências Municipais iniciaram em 03 de maio de 2021, com o Prazo final de 31 de agosto de 2021. Outro ponto abordado foi às datas das conferências Estadual e Nacional, sendo que a 11ª conferência Estadual será realizada de 21 e a 22 de outubro de 2021 e a 11ª Conferência Nacional será realizada de 07 a 10 de dezembro de 2021, de forma virtual. A coordenadora da CIB finalizou a reunião ordinária às 10 h, devido problema técnico com o aplicativo Big Blue do Governo do Estado, Eu, Francisca Lúcia da Silva Rodrigues, secretária executiva da CIB, e Andreia. Bueno apoio técnico da secretária executiva, digitamos a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos membros presentes.

Francisca Lúcia da Silva Rodrigues
(CIB) _____
Sueli Tavares de Abreu Coordenadora da (CIB) _____
Jose Messias Alves de Araújo (SETAS) _____
Halana Santos da Silva Magalhães (SETAS) _____
Rosinalva da Silva Alves (SETAS) _____
Lilian Praigida Feitosa (SETAS) _____
Maria Nagila Praigida (SETAS) _____



**SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS- CIB/TO.**

- 142 Maria Amélia Brito Araújo (SETAS)_____
- 143 Canilda Evangelista da Cruz (SETAS)_____
- 144 Vander Lucia Ferreira Trindade (SETAS)_____
- 145 Régina Mercês Aires Rodrigues Dias (SETAS)_____
- 146 Rosamelia (Ramos da Silva (SETAS)_____
- 147 Deusivan Sousa dos Santos (COEGEMAS)_____
- 148 Levi Lopes Gomes (COEGEMAS)_____
- 149 Sureia Araújo da Silva Moraes (COEGEMAS)_____